

## **Problemáticas em torno da produção teórica feminista ocidental: propostas para uma pesquisa feminista descolonizadora**

Luiza Freire Nasciutti

O artigo pretende discutir perspectivas feministas descolonizadoras<sup>1</sup> para se pensar o *fazer* das pesquisas nas ciências sociais. Orienta-se a partir das produções de autoras mulheres de diferentes autodeterminações identitárias que se aproximam na crítica à teoria feminista *mainstream*, produzida fundamentalmente nos Estados Unidos e Europa. Para fundamentar esta análise, este trabalho se apoia em produções de feministas negras norte-americanas, mulheres latino-americanas e caribenhas, indígenas, mestiças, africanas, dentre outras<sup>2</sup>.

Não se pode negar que a teoria feminista avançou na desconstrução do mito da ‘objetividade’ da produção de conhecimento (Abu-Lughod, 1990) e *situou* o conhecimento a partir da perspectiva das mulheres (Haraway, 1988). Não se trata de categorizar o feminismo *mainstream* como pouco relevante no sentido de rejeitar sua força em provocar rupturas no interior da produção intelectual dominante, que historicamente sempre foi normatizada por uma teoria masculina e branca. Todavia, se observa o limite da crítica feminista no que concernem os efeitos coloniais, racistas e elitistas presentes nas relações saber-poder imbricada na produção de conhecimento dominante, especialmente nas formas em que as pesquisas empíricas qualitativas são orientadas nas ciências sociais.

Investiga-se, portanto, de que forma a apropriação pelas ciências sociais do discurso político feminista, predominante europeu e norte-americano, não foi eficiente para desfazer as relações de poder as quais esse pretenderia superar, ao inaugurar um pensamento alternativo ao paradigma moderno, racionalista e objetivista. Pretende-se aqui desanuviar em que medida

---

<sup>1</sup> Aqui se prefere o uso do adjetivo ‘descolonizador’, como empregado por Ochy Curiel em *Descolonizando o feminismo: uma perspectiva desde América Latina e Caribe*, ao ‘descolonial’, compreendendo este como enquadrado a um referencial teórico mais restrito do campo dos estudos descoloniais, ao qual este trabalho não pretende se limitar.

<sup>2</sup> É importante enunciar que nem todas essas autoras podem ser capturadas pela categoria ‘feminista’, o que nos faz abrir pra um campo de discussão mais amplo e complexo.

a teoria feminista ocidental<sup>3</sup> reproduz certos padrões de dominação sob mulheres em posições marginalizadas<sup>4</sup>.

el feminismo, como propuesta de emancipación, que haya revisado epistemológicamente los presupuestos de la Razón Universal, marcando sexualmente la noción del sujeto, no lo ha librado totalmente de sus mismas lógicas masculinas y euronorcentricas (Curiel, 2009, p. 7).

O argumento que aqui é tecido é de que o feminismo enquanto pensamento político implicado nas pesquisas acadêmicas fez pouco em direção a um deslocamento mais radical dos paradigmas dominantes na produção de pensamento no que envolve especialmente as pesquisas sobre mulheres consideradas ‘subalternas’<sup>5</sup>. Nesse sentido, caminhou-se pouco para uma ruptura das relações desiguais que se reproduzem nessas pesquisas, não propiciando avanços políticos em direção à autonomia de mulheres marginalizadas.

O recorte que este artigo busca analisar são as pesquisas realizadas por mulheres situadas em uma posição dominante<sup>6</sup> que desenvolvem seus trabalhos com mulheres

---

<sup>3</sup> Euro-norte-centrada, branca, heterossexual e economicamente dominante que, por convenção, será categorizada, no presente artigo, como ‘feminismo ocidental’, em referência a Mohanty: “Mi referencia al ‘feminismo de Occidente’ no pretende de ninguna forma sugerir que se trata de un conjunto monolítico. Más bien busco hacer notar los efectos similares de varias estrategias textuales utilizadas por escritoras que codifican al Otro como no occidental y, por tanto, (implícitamente) a si mismas como “occidentales”. Es en este sentido que utilizo el término feminismo occidental.” (Mohanty, 2008, p. 1).

<sup>4</sup> Marginalizadas e não marginais, de forma que não reafirme uma condição de não-agência e não-protagonismo dessas mulheres enquanto pesquisadoras ou pesquisadas. Com ‘mulheres marginalizadas’ refiro-me majoritariamente a mulheres não-brancas e não-ocidentais.

<sup>5</sup> Ainda que o uso do termo ‘subalternas’ não me contemple completamente por eu não concordar em parte com a ideia de Spivak em seu conhecido ‘Pode o subalterno falar?’, que no limite acaba por defender a impossibilidade dos sujeitos considerados ‘subalternos’ falarem por eles mesmos; não encontrei, para fins deste estudo, conceitos que melhor definissem as relações as quais pretendo analisar, evidenciando inclusive as limitações do conhecimento científico acadêmico na apreensão e tradução das relações concretas da realidade social.

<sup>6</sup> Refiro-me a majoritariamente mulheres brancas, ocidentais, economicamente e socialmente bem situadas.

<sup>7</sup> Entendendo os limites deste estudo, não busco pensar as relações entre homens pesquisadores e mulheres pesquisadas, bem como não pretendo abarcar as experiências de pesquisas orientadas por mulheres consideradas ‘subalternas’, pois estes esforços poderiam apresentar-se como tema de outro estudo. Essa escolha metodológica também faz parte de um posicionamento político de explicitar quem fala e de onde se fala, minha posição de enunciado como uma mulher branca, de classe média e pesquisadora feminista. Nesse sentido, as críticas que me refiro servem também a um exercício auto-crítico.

consideradas ‘subalternas’ a partir de uma orientação feminista. Essas pesquisas tendem a se apoiar no argumento da ‘visibilização’, que subentende que ‘dar voz’<sup>7</sup> a outras narrativas femininas tidas como subalternas seria em si uma contribuição ao grupo social estudado, sem discutir as assimetrias presentes entre pesquisadora e pesquisada(s). No entanto, argumenta-se que a perspectiva da ‘visibilização’, além de insuficiente em resolver dinâmicas coloniais intrínsecas a própria produção de conhecimento, pode vir a ser problemática, na medida em que, quando não atravessada por um compromisso ético e político que considere os recortes de raça, classe e colonialidade, reenquadra relações assimétricas, reproduzindo, a partir de outras chaves, formas de dominação no processo de produção de conhecimento.

A partir desse suporte teórico crítico, traça-se o desafio de pensar perspectivas, em processo de construção, que possam orientar a pesquisa que se pretende feminista enquanto prática descolonizadora, ainda que não elabore fronteiras fixas que limitem a criatividade e flexibilidade das pesquisas nas ciências sociais.

#### 1. A universalidade na construção da categoria “mulher”

A principal crítica apresentada ao feminismo dominante se evidencia nas problemáticas em torno da categoria ‘mulher’ como sujeito político mobilizado pelo feminismo. Segundo algumas autoras, este termo é questionável, na medida em que supõe uma unidade e homogeneidade em torno do sujeito feminino produzido “como un grupo ya constituido y coherente, con intereses y deseos idénticos sin importar la clase social, la ubicación o las contradicciones raciales o étnicas, implica una noción [...] que puede aplicarse de forma universal y a todas las culturas” (Mohanty, 2008, p. 5).

O questionamento do sujeito universal, próprio da gramática moderna, não pode vir separado de uma crítica ao feminismo ilustrado, branco, heterossexual, institucional e estatal (Curiel, 2009). Este feminismo estaria ainda imbricado a uma lógica de reprodução do racionalismo moderno colonial ao forjar uma categoria que supõe uma falsa unidade universal do sujeito-mulher, ignorando suas contradições e diferenças internas que são constitutivas de relações assimétricas entre mulheres.

---

<sup>7</sup> De antemão considero o conceito de ‘dar voz’ em si problemático, por negar implicitamente o lugar de agência aos sujeitos a quem ‘se dá a voz’, preferindo o termo de Portelli que sugere a ideia de ampliar vozes.

A modernidade organiza o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas, atômicas, separáveis. A crítica contemporânea ao universalismo feminista feita por mulheres de cor e do terceiro mundo centra-se na reivindicação de que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade. [...] Assim, ver mulheres não brancas é ir além da lógica ‘categorial’ (Lugones, 2014, p. 1).

Segundo Lugones, a “consequência semântica da colonialidade do gênero é que ‘mulher colonizada’ é uma categoria vazia”, isso porque “nenhuma ‘mulher’ é colonizada” (Lugones, 2014). Com este argumento, ela está defendendo que a construção semântica da categoria ‘mulher’ não faz referencia às mulheres colonizadas, não-brancas e não-ocidentais. Nesse sentido, estas não estariam sendo levadas em conta nas transformações políticas as quais o feminismo pretende impulsionar quando mobiliza o sujeito coletivo ‘mulheres’.

Diferentemente da colonização, a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial. [...] Como não há mulheres colonizadas enquanto ser, sugiro que enfoquemos nos seres que resistem à colonialidade do gênero a partir da ‘diferença colonial’ (Lugones, 2014, p. 5).

Assim como Lugones, Chandra Mohanty elabora uma análise que traz a questão colonial como dimensão fundamental para uma reflexão crítica ao feminismo ocidental. De forma semelhante, a autora destaca o universalismo presente no uso do conceito ‘mulher’ como um aspecto constitutivo dos problemas que se perpetuam nas produções feministas dominantes.

Lo que resulta problemático en este uso de “mujeres” como grupo, como categoría de análisis estable, es que se asume una unidad antihistórica y universal entre las mujeres, fundada en la noción generalizada de su subordinación. En vez de demostrar analíticamente la producción de las mujeres como grupos socioeconómicos y políticos dentro de contextos locales particulares, esta jugada analítica limita la definición del sujeto femenino a la identidad de género, ignorando por completo identidades de clase o étnicas [...] lo cual indica una noción monolítica de la diferencia sexual (Mohanty, 2008, p. 12).

A autora reflete sobre o modo como os feminismos ocidentais articularam a categoria ‘mulheres do terceiro mundo’ em oposição à ‘mulheres do primeiro mundo’. Tais categorias se repousam em hierarquias geopolíticas entre ‘primeiro e terceiro mundos’ (Padovani, 2017) em que ‘mulheres do terceiro mundo’ são capturadas como “un compuesto cultural e ideológico del Otro construido a través de diversos discursos de representación” (Mohanty, 2008, p. 2).

‘Primeiro mundo’ aparecia como mais desenvolvido por nele as mulheres estarem, supostamente, mais livres das relações de opressão e serem, portanto, sujeitos ativos das relações de trabalho, políticas e familiares: relações emancipatórias. Paralelamente, a categoria “mulheres do terceiro mundo” aparecia como a nomenclatura de um grupo amorfo, pré-histórico e pré-relacional. Ao compósito amorfo, nomeado como “mulheres do terceiro mundo”, foram atribuídas categorizações de pobreza, subdesenvolvimento, incivilidade e subordinação (Padovani, 2017, p. 25).

Em oposição ao feminismo ocidental, que, para Mohanty, “coloniza de forma discursiva las heterogeneidades materiales e históricas de las vidas de las mujeres en el tercer mundo” (Mohanty, 2008, p. 3), propõe-se um ‘feminismo do terceiro mundo’. Este se pauta na análise de experiências concretas de mulheres, enquanto sujeitas reais e materiais de sua própria história. Pretende-se, assim, superar a categoria ‘mulher do terceiro mundo’ como representação produzida pelos discursos normativos do Ocidente, para pensar em mulheres como sujeitos históricos.

Cualquier discusión sobre la construcción intelectual y política de las ‘feminismos del tercer mundo’ debe tratar dos proyectos simultáneos: la crítica interna de los feminismos hegemónicos de ‘Occidente’, y la formulación de intereses y estrategias feministas basados en la autonomía, geografía, historia y cultura. El primero es un proyecto de deconstrucción y desmantelamiento; el segundo, de construcción y creación (Mohanty, 2008, p.1).

Reconhece-se, assim, a necessidade de se discutir e propor um pensamento feminista que inclua e implique a complexidade do termo ‘mulheres’, recusando-o como uma categoria abstrata e universal. Defende-se a ideia de que sujeitas históricas concretas possam se constituir e se autodeclararem como grupo político em torno da categoria ‘mulheres’, estrategicamente e circunstancialmente, “a través de una complicada interacción entre clase, cultura, religión y otras instituciones y marcos de referencia” (Mohanty, 2008, p. 11).

Estos razonamientos no están en contra de la generalización, sino más bien a favor de generalizaciones cuidadosas e históricamente específicas que respondan a realidades complejas. Mis razonamientos tampoco niegan la necesidad de formar identidades y afinidades políticas y estratégicas. Así pues, mientras que las mujeres de diferentes religiones, clases y castas en la India pueden formar una unidad política basada en la organización en contra de la brutalidad policíaca hacia las mujeres [...], el análisis de la brutalidad policíaca debe ser contextual. Las coaliciones estratégicas que construyen identidades políticas de oposición para sí mismas están basadas en uniones provisionales, pero el análisis de estas identidades de grupo no puede basarse en categorías universalistas y antihistóricas (Mohanty, 2008, p. 16).

## 2. A relação assimétrica entre sujeito e objeto de conhecimento

O clássico binômio ‘sujeito-objeto’ da noção moderna de conhecimento, sobre o qual as ciências sociais ainda se apoiam, pressupõe, *a priori*, a *passivilização* dos sujeitos estudados, na medida em que os denomina de ‘objetos’ da investigação. O que está em jogo na positivação da objetividade moderna é uma relação dual em que o ‘sujeito conhecedor’ se afirma enquanto agente do conhecimento, enquanto ao ‘sujeito que se pretende conhecer’, através da investigação empírica, é atribuído o caráter de ‘objeto do conhecimento’, portanto, não-agente nesse processo. “Al intentar hacerse ‘objetiva’, la cultura occidental há convertido en ‘objetos’ a las cosas y las personas [...]. En esta dicotomía se halla la raíz de toda violencia” (Anzaldúa, 1987, p. 83).

A ideia de ‘sujeito do conhecimento’ criado pela modernidade, forjou-se a partir de seu referencial de sujeito europeu em oposição direta ao ‘Outro’, não ocidental: “un Yo-Occidental constituido por su diferencia, en este caso, la diferencia colonial, que diluye ese otro, esa otra, que incorpora ese yo en el otro/otra y desestabiliza el yo por el otro/otro” (Curiel, 2009, p. 2-3). Esta lógica se refere, portanto, a “cualquier discurso que coloca sus propios sujetos autorales como el referente implícito, es decir, como la unidad de medida mediante la cual se codifica y representa al Otro cultural. Es en este movimiento donde se ejerce poder en el discurso” (Mohanty, 2008, p. 5).

A construção do ‘Outro’ como ‘objeto’ de investigação implica o aniquilamento da possibilidade deste “autodefinirse; es decir, no puede ser considerado como um sujeto de la historia, alguien capaz de narrarla y, por ende, ‘hacerla’” (Gargallo, 2014, p. 25). As consequências imediatas dessa construção de um “Eu” e um “Outro”, constitutiva da relação ‘sujeito-objeto’, é tornar este ‘Outro’ uma fonte de apropriação a favor do ‘Eu- conhecedor’ (Haraway, 1988).

an object of knowledge is finally itself only matter for the seminal power, the act, of the knower. Here, the object both guarantees and refreshes the power of the knower, but any status as *agent* in the productions of knowledge must be denied the object. It [...] must, in short, be objectified as a thing, not as an agent; it must be matter for the selfformation of the only social being in the productions of knowledge, the human knower (Haraway, 1988, p. 592).

Cabe aqui retomar as contribuições de Mohanty, já supracitada, em ‘Bajo los ojos de lo occidente’. De cara, a crítica da autora se constrói a partir da constituição de um ‘Eu’

dominante, ‘sujeito do conhecimento’, a partir de um ‘Outro’, ‘objeto do conhecimento’, levando em conta as relações de dominação que essa construção envolve. A análise toma como princípio a categoria de ‘mulheres do terceiro mundo’ como referencial marcante da construção discursiva desta ‘Outra’, presente nos discursos feministas científicos, econômicos, legais e sociológicos (Mohanty, 2008).

Esta mujer promedio del tercer mundo lleva una vida esencialmente truncada debido a su género femenino (léase sexualmente constreñida) y su pertenencia al tercer mundo (léase ignorante, pobre, sin educación, limitada por las tradiciones, doméstica, restringida a la familia, víctima, etc.). Esto, sugiero, contrasta con la autorepresentación (implícita) de la mujer occidental como educada, moderna, en control de su cuerpo y su sexualidad y con la libertad de tomar sus propias decisiones. [...] las feministas occidentales que a veces representan a las mujeres del tercer mundo como un “nosotras desnudas” (término de Michelle Rosaldo [1980]) se construyen a sí mismos como el referente normativo en este análisis binario (Mohanty, 2008, p. 5).

Torna-se importante destacar a dicotomia implícita nessa relação entre ‘feministas ocidentais’, auto-representáveis e narradoras da própria história, e ‘mulheres do terceiro mundo’, ‘objetos’ de pesquisa das primeiras. Enquanto ‘as mulheres do terceiro mundo’ são vistas e representadas como “un grupo apolítico sin estatus como sujetos” (Mohanty, 2008, p. 7), as feministas ocidentais são vistas e auto-representadas “como personas seculares, liberadas y en control de sus propias vidas” (Mohanty, 2008, p. 20). Nas análises de feministas acadêmicas que sinalizam uma submissão histórica das mulheres atrelada ao modo de reprodução de uma cultura de alteridade, as feministas ocidentais aparecem como as possíveis agentes transformadoras desta história de opressão, enquanto as ‘mulheres do terceiro mundo’ permanecem na posição de *vitimização e passivilização*:

Es aquí donde ubico la jugada colonialista. Al contrastar la representación de las mujeres del tercer mundo con lo que anteriormente llamé la auto-representación de los feminismos occidentales en el mismo contexto, podemos ver cómo los feminismos occidentales por sí solos se convierten en los verdaderos “sujetos” de esta contra-historia. Las mujeres del tercer mundo, en cambio, nunca se colocan más allá de la generalidad debilitante de su estatus e “objeto.” [...] la aplicación de la noción de mujeres como categoría homogénea a las mujeres en el tercer mundo coloniza y apropia las pluralidades de la ubicación simultánea de diferentes grupos de mujeres en marcos de referencia de clase y étnicos, y al hacerlo finalmente les roba su agencia histórica y política (Mohanty, 2008, p. 17 -18).

Na oposição que se estabelece entre figuras ‘feministas auto-representáveis e politicamente ativas’ e ‘mulheres vítimas de opressão e carentes de agência política’ emerge o que Abu-Lughod (2012) chama de ‘a retórica de salvar mulheres’. Nessa relação, as feministas ocidentais incorporariam o papel salvacionista em que Spivak cinicamente atribui ao homem branco em “os homens brancos salvando as mulheres de pele escura dos homens de pele escura” (Spivak, 2010, p. 94). “Quando se salva alguém, assume-se que a pessoa está sendo salva de alguma coisa. Você também a está salvando *para* alguma coisa. Que violências estão associadas a essa transformação e quais presunções estão sendo feitas sobre a superioridade daquilo para o qual você a está salvando?” (Abu-Lughod, 2012, p. 465).

Saba Mahmood (2001), ao refletir sobre as mulheres no Egito que estão buscando tornarem-se muçulmanas devotas, responde a esta problematização ao desnaturalizar os pressupostos do feminismo (ocidental) como efeito desejável a todas as mulheres. Argumenta que a liberação feminina, como é forjada pelo discurso feminista, não aciona objetivos pelos quais necessariamente todas as mulheres desejam se esforçar. ‘Emancipação’, ‘igualdade’, ‘direitos para as mulheres’ e, mais recentemente, ‘empoderamento’ são parte de uma gramática específica, política e historicamente localizada, não compartilhada por todas as mulheres em posições distantes e diferenciadas entre si.

O desejo pela liberdade e liberação é um desejo historicamente situado, cuja força motivacional não pode ser assumida a priori, mas precisa ser reconsiderada à luz de outros desejos, aspirações e capacidades inerentes a um sujeito culturalmente e historicamente localizado (Mahmood, 2001, p. 223).

Por fim, é importante refletir sobre certos efeitos políticos concretos os quais os trabalhos feministas que reforçam essas dicotomias e assimetrias podem incutir. Como lembra Angela Davis (2011) certa literatura feminista norte-americana interessada em investigar o aumento dos estupros contra mulheres brancas levou a acentuar o ‘mito do estupro negro’, propiciando ao aumento de virulências racistas e no recrudescimento de tecnologias de criminalização e encarceramento de corpos negros. Ou como recordam Abu-Lughod (2012) e Mahmood (2001) sobre como discursos feministas humanitários legitimaram práticas neo-imperialistas substanciando penetrações militares nos países do Oriente Médio. Ou como argumenta Padovani sobre como os esforços feministas em torno dos direitos das ‘mulheres encarceradas’ pode “incurrer no recrudescimento do ‘desfazer direitos’ dos sujeitos diagramados como ‘culpados’, bem como não necessariamente promover direitos às

‘mulheres’, categorizadas como ‘vítimas’ por meio de atributos que as despolitizam” (Padovani, 2017, p.28).

### 3. A relação entre pesquisadora e pesquisada nas pesquisas sobre mulheres

Identificando-se as problemáticas apresentadas anteriormente, pretende-se aqui reconhecer em que medida as ciências sociais, em seu *fazer* de pesquisas e teorias, reproduzem ainda hoje certas lógicas bastante assimétricas. Propõe-se, por meio deste trabalho, voltar o olhar para a responsabilidade dos pesquisadores em reproduzir certos atributos colonizadores, racistas, machistas e elitistas que atravessam as práticas e métodos de pesquisa e a forma como se produz, se distribui e se apropria do conhecimento. Reconhece-se, assim, a urgência de uma mobilização crítica e especialmente auto-crítica por parte dos cientistas sociais que buscam provocar rupturas mais radicais nas relações saber-poder que têm se perpetuado nas pesquisas acadêmicas.

Para tanto, uma reflexão direcionada ao próprio *fazer* das pesquisas deve ser mobilizada em concomitância a uma discussão teórico-epistemológica. Sem um exercício crítico que objetive alterar as formas práticas e metodológicas que se estabelecem na relação entre ‘sujeito-pesquisador’ e ‘sujeito-pesquisado’ torna-se difícil escapar da reprodução de assimetrias na produção do conhecimento. Dessa forma, defende-se a necessidade de um compromisso ético e político que construa como desafio possibilidades de produção de pesquisa descolonizadoras, assumindo, reconhecendo e favorecendo a agência do ‘sujeito-pesquisado’ nesse processo.

A partir desta perspectiva, desloco minha discussão para as pesquisas que se auto-denominam feministas, produzidas por mulheres sobre mulheres consideradas ‘subalternas’. Sustento que para que se tenha como norte uma formulação possível de pesquisa feminista descolonizadora deve-se atentar, primeiramente, a uma sensibilidade especial à relação entre pesquisadora e pesquisada(s). Sobre essa relação Daphne Patai, argumenta:

Minha preocupação que surgiu no contexto das entrevistas com mulheres pobres no Brasil, é com o desenvolvimento de estratégias possíveis para se lidar com as verdadeiras desigualdades materiais que separam pesquisadora e pesquisada. A meu ver, estas questões sobre desigualdade são cruciais para feministas ou para quaisquer pessoas comprometidas com a redistribuição de privilégios que, entre suas muitas outras implicações, faz com que os ‘outros’ sempre sirvam como objetos dos ‘nossos’ projetos de pesquisa. [...] é importante reconhecer as

divisões reais existentes entre pesquisadores e pesquisados, especialmente em situações transculturais, e não tentar escamoteá-las, por exemplo, sucumbindo ou recorrendo ao apelo da ‘irmandade entre mulheres’, uma suposta comunhão mística de mulheres como mulheres (Patai, 2010, p. 88- 93).

Muitas pesquisadoras feministas caem na armadilha de mobilizar justamente o sujeito universal, discutido anteriormente, encoberto pela categoria ‘mulheres’ como grupo unificado. Assim, acabam por ignorar as assimetrias colocadas entre pesquisadoras e pesquisadas, comumente situadas em posições socialmente distanciadas. A aproximação dada a partir do pressuposto de unidade e identificação ofusca as relações de poder e, quando não assumidas, acabam por reatualizar tais relações no processo de pesquisa.

Uma distância enorme existe comumente entre nossas posições enquanto pesquisadoras e aquelas das pessoas sobre quem pesquisamos. Ao lado de classe, raça e divisões étnicas, a homogeneidade do ‘mulheres-escrevendo-sobre-mulheres’ não parece suficiente. Pela minha experiência, diferenças perceptíveis de situação material, estado de saúde, status social e legal, e oportunidades de vida em geral, criam mais facilmente a sensação de desconforto e mesmo culpa da pesquisadora. [...] [O que] indica que nossos dilemas éticos subitamente se transformam em dilemas políticos (Patai, 2010, p. 83-84).

A seguir, objetiva-se discutir propostas preliminares que investiguem soluções ainda incompletas das problemáticas apresentadas. Faz-se o esforço de incorporar um debate orientado para o processo de pesquisa empírico qualitativo, não se delimitando a dimensão teórica, justamente no ponto em que a teorização desse campo não introduziu fortes mudanças no que diz respeito à produção desigual e colonial do conhecimento. Argumenta-se que um debate metodológico-prático apresenta-se como fundamental norteador de um exercício constante de reflexão e autocrítica para impulsionar transformações concretas nas formas que se orientam as pesquisas acadêmicas, caminhando, nesse sentido, em direção a formas possíveis de pesquisa feminista descolonizadora.

#### 4. Propostas metodológicas possíveis

Pretendo por aqui destacar alguns pontos que elegi como norteadores metodológicos, éticos e políticos que possa vir a servir como contribuições de apoio - e não como um programa fixo que impõe limites e fronteiras - a pesquisadores, especialmente a pesquisadoras feministas, que desejem rupturas mais radicais nas formas práticas que organizamos e realizamos nossas pesquisas. Estes norteadores podem servir como ferramentas que

poderemos recorrer como forma de um exercício constante reflexivo e trabalho auto-crítico-político, na organização de nossas pesquisas.

1. Assumir as assimetrias materiais e sociais entre pesquisador(a) e pesquisados(as)

É de extrema relevância não omitir a *posicionalidade* do sujeito pesquisador, explicitar quem e de onde se fala. No meu caso, reconhecer e assumir, nas pesquisas, o lugar de onde falo como mulher branca, ocidental de classe média, se dá como essencial para uma pesquisa feminista que se pretenda descolonizadora. É preciso não cair em armadilhas como o apelo da ‘irmandade entre mulheres’ como organizador de uma identificação acrítica ofuscante de relações de poder concretas. Ao assumi essas contradições, torna-se possível que os incômodos mobilizem um trabalho de auto-crítica necessário, o qual permite *desnaturalizar* certas acomodações normativas que norteiam a *rotinização* do *fazer* da pesquisa. Posicionar explicitamente o *lugar de fala* do pesquisador, com seus privilégios, sem escamoteá-los, torna-se muito relevante.

2. A não utilização acrítica de categorias abstratas e universais

Deve-se ter cuidado em não utilizar acriticamente a categoria ‘mulheres’ como grupo unificado, coerente e universal. Nem por isso deve se abandonar o uso da categoria nas pesquisas feministas. Assim, pode-se pensar em ‘mulheres’ como “generalizaciones cuidadosas e históricamente específicas que respondan a realidades complejas” (Mohanty, 2008). Não se nega, portanto, a necessidade circunstancial, localizada e provisória de formas identitárias e afinidades políticas em torno de um grupo, heterogêneo em si mesmo, que possa ser capturado pela categoria ‘mulheres’.

3. Ser transparente sobre os objetivos, interesses e metodologias da pesquisa

Recomenda-se ser transparente ao se aproximar dos ‘sujeitos de pesquisa’ em respeito às orientações e objetivos da pesquisa. Muito cuidado deve ser recorrido para não se omitir objetivos finais da pesquisa, bem como as intenções das formas de veiculação do produto final. Nesse sentido, evitam-se estratégias de indução de comportamento dos ‘sujeitos pesquisados’ via omissão ou pequenas distorções ao apresentar o foco da pesquisa, normalmente acionadas para o fim acrítico de obter maior aproximação e *confiança*. Para tanto, torna-se fundamental *desapegar* das propostas originárias da pesquisa, permitindo que

os sujeitos pesquisados tornem-se também manipuladores da pesquisa, podendo vir a transformar o caminho que esta se orienta.

#### 4. A autoria coletiva horizontal como norte metodológico

Enquanto um projeto de práticas radicais de produção coletiva e horizontal parece ainda inviável e utópico, podemos nos contentar com *experimentações desnaturalizadoras* com intenção à co-autoria, assumindo que essa não é proporcional<sup>8</sup>. Alguns exemplos possíveis são o de recorrer a sistemáticas avaliações (*feedback*) e constante aprovação dos ‘sujeitos pesquisados’ do material produzido sobre eles; definir coletivamente sobre os usos dos resultados finais da pesquisa (publicação de artigos em revistas, congressos, transformação em livro, etc); incorporar com seriedade as críticas e comentários dos ‘sujeitos pesquisados’, explicitando-os, se possível, no produto final. Busca-se, assim, compartilhar o lugar de agentes da pesquisa com os ‘sujeitos pesquisados’, assumindo os limites colocados e entendendo que nem todas as assimetrias serão dissolvidas completamente.

#### 5. Buscar outras formas de linguagem, transmissão e distribuição do conhecimento

Uma das propostas talvez mais desafiadoras, levando em conta a grande dificuldade de escapar das limitações dos padrões institucionais e culturais dominantes da pesquisa acadêmica seria o de buscar outras formas de transmissão e distribuição do conhecimento produzido pelas pesquisas. De que forma podemos organizar nossa escrita assumindo outras linguagens e outras chaves analíticas, que incluam, por exemplo, a dimensão do afeto e da subjetividade? Como não reproduzir o elitismo nos produtos finais da pesquisa? Cabe-nos esse desafio de nos interrogar constantemente, pensando nos limites da circulação e transmissão do conhecimento que produzimos no formato que estamos condicionados a reproduzir. Talvez uma solução possível seja pensar na produção de materiais que extrapolem nossas teses, livros e artigos, sendo criativos nas formas que podemos ampliar as apropriações possíveis do que foi produzido com as pesquisas.

#### 6. Assumir as limitações da pesquisa

---

<sup>8</sup> Ainda que vislumbremos uma dupla agência na pesquisa, deve-se reconhecer que, nos moldes que a produção acadêmica se organiza e se reproduz atualmente, esse projeto é ainda inviável de forma proporcional, favorecendo sempre a posição do(a) pesquisador(a).

Acho que um grande passo de avanço no sentido que aqui buscamos é o de abandonar a superestima acadêmica que reconhece a pesquisa como grande potencial transformador da realidade social. Carece uma certa humildade de assumir uma capacidade um tanto quanto limitada de nosso trabalho. Assumir que as soluções que encontramos são limitadas e insuficientes não é um problema, desde que venha comprometida com a tentativa de deslocamento dos paradigmas dominadores. Os limites estarão sempre presentes e isto não deve nos fazer parar de produzir, mas usar do incomodo e reconhecimento das contradições uma fonte de potência crítica que busque transformações e não acomodações a práticas já existentes. Manter essa questão como norte de autoavaliação do trabalho, fazer sempre autocrítica, assumir nossas escolhas de pesquisa reconhecendo suas reais implicações e contradições, pensar nas apropriações possíveis de nosso trabalho, etc, me parecem um caminho. Assumir, portanto, as incapacidades implícitas da pesquisa comprometida, entendendo as questões éticas como não encerradas e as ineficiências em superá-las.

#### 7. A questão da ‘devolução’ para além de compartilhar os resultados de pesquisa

Recomenda-se pensar em formas de ‘retorno’ para os ‘sujeitos pesquisados’ dos resultados da pesquisa que ultrapassem a ideia comum de se apresentar o produto final como fim em si mesmo de retribuição. Perceber e ser sensível as suas demandas concretas e mais imediatas, que partem de sua vida e de suas lutas cotidianas. Sugiro um trabalho de nos colocarmos, sempre que possível, *disponíveis* aos nossos interlocutores, pensando em formas de apoio prático e material, que transbordem os limites da pesquisa. Pensando, assim, em como contribuir a partir de uma lógica mais processual da pesquisa e não apenas focando em seus resultados, como ajudar na formação de redes, na divulgação, produção textual de suas causas, como apoiar suas lutas, e outras demandas que podem surgir na relação com os ‘sujeitos pesquisados’.

A contribuição de Silvia Rivera Cusicanqui pode nos trazer uma síntese de todos estes esforços apresentados como norteadores da pesquisa feminista de base descolonizadora, apontando a centralidade do processo interacional que se estabelece na relação pesquisador e pesquisado, quando estes se encontram em posições distintas e desiguais da ‘cadeia colonial’:

Si en este proceso se conjugan esfuerzos de interacción consciente entre distintos sectores: y si la base del ejercicio es el mutuo reconocimiento y la honestidad en cuanto al lugar que se ocupa en la cadena colonial, los resultados serán tanto más ricos en este sentido. [...] el proceso

de sistematización asume la forma de una síntesis dialéctica entre dos (o más) polos activos de reflexión y conceptualización, ya no entró un ego cognoscente y un otro pasivo, sino entre dos sujetos que reflexionan juntos sobre su experiencia y sobre la visión que cada uno tiene del otro. Con ello se generan las condiciones para un pacto de confianza (cf. Ferrarotti), de innegable valor metodológico, que permite la generación de narrativas autobiográficas en cuyo proceso la conciencia se va transformando: superando lo meramente acontecido para descubrir lo significativo, aquello que marca al sujeto como un ser activo y moralmente comprometido con su entorno social. [...] Esta experiencia compartida podría lograrse también en la interacción de sectores heterogéneos (indios y mestizos; trabajadores manuales e intelectuales) siempre y cuando el investigador sepa superar los bloqueos de comunicación (lingüísticos, culturales) y las brechas de comportamiento, hábito y gesto inconsciente que marcan más que ningún elemento discursivo o consciente las relaciones de asimetría social y cultural en el contexto de situaciones coloniales. Elemento crucial de este postulado de simetría será también la disponibilidad del investigador a sujetarse al control social de la colectividad investigada: este control se refiere no sólo al destino que tendrá el producto final de la investigación, sino al compartir los avalares de todo el proceso, desde la selección de temas, el diseño de las entrevistas, el sistema de trabajo, la devolución sistemática de transcripciones y las finalidades o usos de los materiales resultantes (Cusicanqui, 2008, p. 171-172).

### Conclusão

O feminismo aqui defendido enquanto metodologia e prática de pesquisa descolonizadora se distancia de uma ideal analítico que compreende as desigualdades de gênero a partir do enquadramento de categorias universais, em torno de uma opressão idênticamente experienciada por todas as mulheres, omitindo-se o esforço de situá-la sócio e historicamente a partir de posições concretas distintas. Tentou-se, por meio deste artigo, construir caminhos possíveis de uma prática de pesquisa feminista descolonizadora. Essa proposta tida como desafio, talvez utópico em sua essência, mas necessário enquanto horizonte autoavaliador de nossos trabalhos nas ciências sociais, pretende, mais do que trazer soluções prontas e acabadas, estimular o *refazimento* constante e deslocando contínuo de certos padrões normativos dominantes imbricados a nossas posições privilegiadas que fazem da produção de conhecimento ainda assimétrica e colonizadora.

### Referências

ABU-LUGHOD, Lila. Can There Be A Feminist Ethnography?. *Women and Performance: a journal of feminist theory*, 5:1, 7-27, DOI: 10.1080/07407709008571138. 1990.

\_\_\_\_\_. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus outros. *Revista Estudos Feministas*, vol. 20, núm. 2, pp. 451-470. Universidade Federal de Santa Catarina Santa Catarina, Brasil. 2012.

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands: la frontera*. San Francisco: Aunt Lute, 1987.

CABNAL, Lorena. Documento en Construcción para aportar a las reflexiones continentales desde el feminismo comunitario, al paradigma ancestral originario del “Sumak Kawsay”– Buen Vivir. Sumak Kawsay”–Buen Vivir” <http://amismaxaj.files.wordpress.com/2012/09/buen-vivir-desde-el-feminismo-comunitario.pdf> (02/02/2014), 2012.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Routledge, 2002.

CURIEL, Rosa Ynés Ochy Pichardo. *Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y el Caribe*. 2009.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. Capítulo 6. Teoría crítica dos direitos humanos no século XXI / Alejandro Rosillo Martínez... [et al.]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

DAVIS, Angela Y. *Women, race, & class*. Vintage, 2011.

GARGALLO, Francesca. *Feminismos desde Abya Yala. Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América*. Editorial Corte y Confección, Ciudad de México, Primeira edição digital, 2014.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo Afro-latino-americano. Caderno de formação política do círculo palmarino n 1. Batalha de ideias*. Brasil, 2011.

GOULART, Fransérgio. CALVET, Rodrigo. Para Que e Para Quem Servem as Pesquisas Acadêmicas sobre as Favelas? Uma Nova Epistemologia é Possível. Publicado em: <http://www.canalibase.org.br/para-que-e-para-quem-servem-pesquisas-academicas-sobre-favelas-uma-nova-epistemologia-e-possivel/>. 21 de março de 2017.

HARAWAY, Donna. *Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective*. *Feminist Studies*, Vol. 14, No. 3. (Autumn, 1988), pp. 575-599. 1988.

LUGONES, María. *Rumo a um feminismo descolonial*. *Revista Estudos Feministas*. University of New York. 2014.

MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. *Etnográfica*, v. 10, n. 1, p. 121-158, 2001.

MIGNOLO, Walter. *Histórias Locais/Projetos Globais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MOHANTY, Chandra Talpade. Bajo los ojos de occidente. *Academia Feminista y discurso colonial*. Trad. de María Vinós. Artigo publicado em: Liliana Suárez Navaz y Aída Hernández (editoras): *Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*, ed. Cátedra, Madrid, 2008.

OYÈWÚMI, Oyèronké. Family bonds/Conceptual Binds: African notes on Feminist Epistemologies. *Signs*, Vol. 25, No. 4, *Feminisms at a Millennium (Summer, 2000)*, pp. 1093-1098. Tradução para uso didático por Aline Matos da Rocha. 2000.

PADOVANI, Natália. Tráfico de mulheres nas portarias das prisões ou dispositivos de segurança e gênero nos processos de produção das “classes perigosas”. In: *DOSSIÊ GÊNERO E ESTADO: FORMAS DE GESTÃO, PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES*. cadernos pagu (51), 2017.

PAREDES, Julieta. *Hilando fino desde el feminismo comunitario, Comunidad Mujeres Creando*. Deutscher Entwicklungsdienst. La Paz, 2010.

PATAI, Daphne. *História oral, feminismo e política*. Letra e voz, 2010.

PORTELLI, Alessandro. *História Oral como arte da escuta*. Tradução Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.) *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO/UNESCO. 2000.

SMITH, Linda Tuhiwai. *Decolonizing methodologies: Research and indigenous peoples*. Zed Books Ltd., 2013. Version of record first published: 09 Jun 2011.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, reformas constitucionales y pluralismo jurídico. em *Boletín ICCI-RIMAI (Quito) Año 4, N° 36*, março. Publicação mensal do Instituto Científico de Culturas Indígenas. 2002.